

NEWSLETTER

Notícias e informações da Ouvidoria-Geral da DPESP

Defensoria Pública e Prerrogativa de Requisição

Na quinta-feira (10), o Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas e entidades que compõem o Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da DPESP apresentaram ao Supremo Tribunal Federal seus memoriais de *amicus curiae* na ação que discute a prerrogativa de requisição da Defensoria Pública.

Em defesa da manutenção e da constitucionalidade da prerrogativa de requisição pela Defensoria, as entidades destacaram que a supressão deste importante instrumento de atuação põe em risco o próprio Estado Democrático de Direito. [Clique aqui e confira o post](#)

Defensoria Pública e Prerrogativa de Requisição de Documentos

DEL NERO, FAVARETTO & VIEIRA ADVOCADOS

Sem prejuízo da leitura das mais diversas manifestações lançadas nos autos da presente Ação Direta de Inconstitucionalidade, cabe aos *amici curiae* acima identificados reforçar a esse Supremo Tribunal a importância do julgamento de improcedência da ação pelos motivos que, baseados nos dados que dispõem, abaixo apresenta.

Convém lembrar que, nesses autos, busca a Procuradoria Geral da República ver declarados inconstitucionais os arts. 8º, XVI, art. 44, X, art. 56, XVI, art. 89, X e art. 128, X da Lei Complementar 80/1994, todos eles voltados à garantia legal complementar à constitucional da prerrogativa de requisição de qualquer autoridade pública e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à atuação da Defensoria Pública. Sustenta, para tanto, a violação aos princípios do devido processo legal, inafastabilidade da jurisdição, do contraditório e da isonomia (arts. 5º, *caput*, XXXV, LIV e LV da Constituição Federal).



Live: A Prerrogativa de Requisição de Documentos pela Defensoria Pública no STF

No dia 16 de fevereiro, quarta-feira, a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Escola da Defensoria Pública de São Paulo (EDEPE) realizaram a live “A Prerrogativa de Requisição de Documentos pela Defensoria Pública no STF” e houve um diálogo sobre o tema, apresentando iniciativas de incidência que têm sido realizadas no STF para garantir a manutenção desta importante ferramenta de acesso à justiça.

A live ocorreu no Youtube da Escola da Defensoria Pública, Youtube da Rede TVT, Facebook do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias e Facebook da Ouvidoria-Geral. O evento congregou representantes da sociedade civil, do Conselho Nacional de Ouvidorias, da Associação Nacional de Defensores Públicos (ANADEP), do Instituto Pro Bono, do TozziniFreire Advogados e do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE).

[Confira a live clicando aqui.](#)



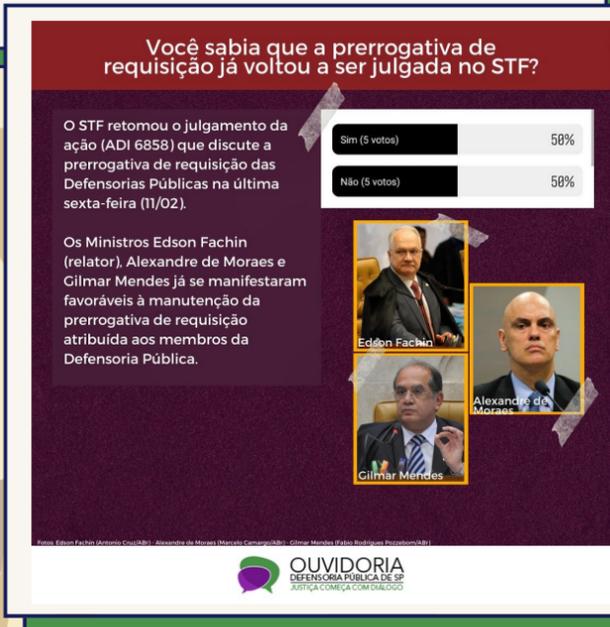
NEWSLETTER

Notícias e informações da Ouvidoria-Geral da DPESP

Quiz sobre a Prerrogativa de Requisição das Defensorias

Durante a semana foi realizado via story da Ouvidoria-Geral um quiz para levantar o conhecimento dos nossos seguidores no instagram no que se diz respeito à importância da Prerrogativa de Requisição. O quiz durou 24h no ar recebendo inúmeras respostas, após a sua finalização elas foram quantificadas e, com base nas mesmas, foram elaborados cards com as respostas corretas e explicações sobre cada questão.

O objetivo da campanha foi reforçar ainda mais a importância da Prerrogativa de Requisição das Defensorias por meio de um “call to action” no instagram. [Clique aqui e confira.](#)



Ouvidoria-Geral Realiza a sua reunião semanal e divulga Prêmio Justiça para Todos e Todas - Josephina Bacariça de 2022.

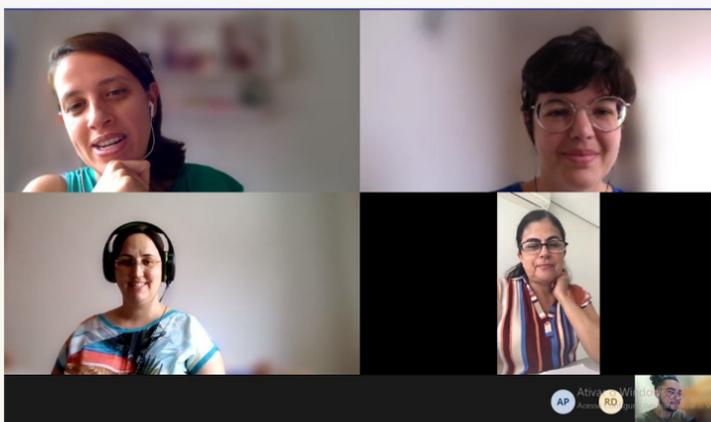
No dia 11 de fevereiro, sexta-feira, a Ouvidoria-Geral da DPESP realizou mais uma de suas reuniões semanais. Nela, foram compartilhados informes sobre os casos atendidos na semana, discutindo-se formas de aperfeiçoar o atendimento aos usuários/as. Além disso, foi comunicado a divulgação do formulário de inscrição para o Prêmio Justiça para Todos e Todas - Josephina Bacariça de 2022.

As inscrições para o Prêmio Justiça Para Todas e Todos - Josephina Bacariça estão abertas até o dia 04 de março!

Acesse o formulário para inscrever iniciativas realizadas por Defensores(as), Servidores(as) e órgão da Defensoria de relevância social que merecem reconhecimento.

[Acesse o formulário de inscrição clicando aqui.](#)

[E para saber mais sobre o edital, clique aqui.](#)



PRÊMIO JUSTIÇA PARA TODOS E TODAS JOSEPHINA BACARIÇA 2022

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA A EDIÇÃO DE 2022!

PRAZO ATÉ 04 DE MARÇO

OUVIDORIA DEFENSORIA PÚBLICA DE SP JUSTIÇA COMEÇA COM DIÁLOGO

ASDPESP

Apacdep

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO